

Defendida em audiência, proposta de sistema eleitoral misto ganha força

IGOR FUSER
Coordenador de Política do Sucursal de Brasília

Ganha força no Congresso constituinte a proposta da adoção de um sistema eleitoral misto, semelhante ao existente na Alemanha Ocidental, em que metade dos deputados se elege pelo voto distrital e a outra metade pelo voto proporcional. A tese, que faz parte do projeto constitucional da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (que foi presidida pelo senador Afonso Arinos, do PFL do Rio), foi defendida ontem, em audiência na Subcomissão do Sistema Eleitoral e dos Partidos Políticos, pelos cientistas políticos Francisco Weffort, da Universidade de São Paulo, e David Fleischer, da Universidade de Brasília; e pelo ex-deputado Alberto Goldman, secretário de Programas de Governo do Estado de São Paulo.

Na opinião de David Fleischer, o atual sistema (proporcional) apresenta defeitos graves. Alguns deles: eleições muito caras; competição no interior dos partidos, e não entre partidos diferentes; vínculos muito tênues entre o deputado e seus eleitores. A introdução do voto distrital, segundo ele, fortaleceria a representatividade do deputado, que, para poder se reeleger, teria de manter durante o mandato uma ligação intensa com o eleitorado de seu distrito.

Na prática, o sistema eleitoral misto funcionaria assim: cada Estado é dividido em distritos eleitorais,

em número correspondente à metade do total de deputados que compõem a bancada. Cada eleitor tem direito a dois votos. No primeiro, escolhe um dos candidatos que disputam a eleição apenas no seu distrito. No segundo, ele vota na lista apresentada pelo partido de sua preferência, mesmo que aquele partido não tenha lançado candidatos no seu distrito (dois votos não são vinculados).

Dessa forma, afirma o professor Fleischer, fica assegurada a possibilidade de representação das minorias e um leque mais amplo de opções para o eleitor, vantagens que, segundo ele, existem no atual sistema proporcional.

Na mesma linha de raciocínio, o professor Weffort, que nas últimas eleições foi candidato derrotado deputado federal pelo PT paulista, acredita que o sistema misto reúne "os benefícios dos dois sistemas distrital e proporcional, sem as desvantagens de cada um deles".

"Macro-partidos"

Para Weffort, a adoção do voto distrital puro e simples, como ocorre nos Estados Unidos, leva ao surgimento do que denomina "macro-partidos": grandes agrupamentos de linha ideológica centrada, pouca definição programática e, no fundamental, sem diferenças importantes entre si. É o caso, segundo ele, dos dois grandes partidos norte-americanos, Democrata e Republicano. Já o voto exclusivamente proporcional,

segundo Weffort, provoca a "diluição dos partidos", ao transformar cada eleição num "salve-se quem puder" em que candidatos do mesmo partido competem um contra o outro.

Goldman discorda dessa avaliação mas, com argumentos diferentes, endossou também a tese do sistema misto. Derrotado como Weffort nas últimas eleições, que disputou pelo PCB, Goldman considera o sistema proporcional "o mais democrático", em princípio. No entanto, afirma que na realidade a votação já é distrital, dada a fragilidade dos partidos. Acredita, então, que o novo sistema pode ser uma forma de impedir o que chama de "distritalização do voto proporcional".

Normas próprias

Para Goldman, mais importante do que o tipo de voto é se inscrever na nova Constituição a plena liberdade de organização partidária. A lei não deve, segundo ele, dizer como os partidos vão se organizar. "Os partidos devem ter normas estabelecidas por eles mesmos. O eleitor que se filia a um partido é porque concorda com essas normas", afirma. Para Goldman, os partidos devem funcionar como sociedades civis, sem necessidade de uma legislação específica que regule o seu funcionamento. De acordo com essa proposta, a Justiça Eleitoral teria seu papel completamente modificado: "Deve funcionar só nas eleições, sem burocracia".

Constituintes
8 MAI 1987
apresentam suas
sugestões finais

Da Sucursal de Brasília

A proibição de servidores públicos civis ou militares de obedecerem ordens superiores que contrariem ou violentem os direitos humanos, a proibição da fabricação, armazenamento e transporte de armas nucleares no país; o direito de se insurgir contra o "poder ilegítimo e opressor" e a eliminação de punição criminal ao consumidor individual de drogas. Essas foram algumas das últimas sugestões apresentadas até a meia-noite de anteontem —prazo final determinado pelo Regimento Interno—, pelos constituintes, para a elaboração da nova Constituição. Agora, os relatores das 24 subcomissões têm prazo até segunda-feira para apresentarem seus pareceres a todas as sugestões.

No entanto, as subcomissões terão grandes dificuldades para cumprir esse prazo. Ontem à tarde, a Secretaria Geral da Mesa do Congresso constituinte dizia que era impossível sequer informar o número exato das propostas apresentadas pelos constituintes. Essa demora, certamente, vai prejudicar os relatores das subcomissões, que terão pouquíssimo tempo para examinar as propostas. O relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), por exemplo, vai passar o fim-de-semana trancado em seu apartamento de Brasília para dar conta do trabalho.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse ontem que nenhum prazo será prorrogado, porque, senão, não vamos dar um presente de natal ao povo brasileiro" (alusão a Constituição).

A PRESENÇA NAS SUBCOMISSÕES

Comissão de Soberania e Direitos do Homem						Comissão de Organização do Estado					
Soberania		Direitos Políticos		Garantias Individuais		União		Estados		Municípios	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
11	5	Não houve reunião		13	10	Não houve reunião		Não houve reunião		Não houve reunião	
Comissão de Sistema de Governo						Comissão da Organização Eleitoral					
Poder Legislativo		Poder Executivo		Poder Judiciário		Sistema Eleitoral		Defesa do Estado		Garantias da Constituição	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
Não houve reunião		Não houve reunião		Não houve reunião		11	10	Não houve reunião		9	12
Comissão da Ordem Econômica						Comissão da Ordem Social					
Intervenção do Estado		Questão Urbana		Reforma Agrária		Direitos dos Trabalhadores		Saúde e do Meio Ambiente		Minorias	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
19	4	Não houve reunião		Não houve reunião		10	14	5	17	6	15
Comissão da Família, Educação e Cultura						Comissão do Sistema Tributário e Finanças					
Cultura		Ciência e Tecnologia		Família		Tributos		Orçamentos		Finanças	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
17	4	Não houve reunião		13	8	17	6	Não houve reunião		17	2

INFORME PÚBLICO Nº 0

PROJETO DE SALÁRIO MÁXIMO NA CONSTITUINTE

"Num país onde existe um salário mínimo, tem que existir um salário máximo."

Com essas palavras, Fernando Gasparian, constituinte por São Paulo pelo PMDB, está justificando a criação de um salário máximo no Brasil. Para o deputado, é inaceitável que existam salários no serviço público 200 vezes maiores que o salário mínimo, enquanto em países desenvolvidos, como a Inglaterra, esse limite é de apenas 10 vezes o mínimo.

Em seu projeto, o deputado defende a ideia de "acabar de uma vez com os privilégios da república, acabar com os salários adicionais, estabelecer como teto o salário do presidente. E, nas empresas privadas, os salários que extrapolem o limite estabelecido pela Constituinte, devem ser super taxados".

Fernando Gasparian reitera também sua esperança de que todos os eleitores escrevam para seus constituintes apoiando esse projeto.

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM

PRESENTES	AUSENTES
59	500

Congresso constituinte

PRESENTES	AUSENTES
Senado	não houve sessão

Câmara dos Deputados não houve sessão

PRESENTES	AUSENTES
29	55

Assembleia Legislativa

PRESENTES	AUSENTES
13	20

Câmara Municipal

Agendas

Executivo

Presidente 15h30

Sudene - O chefe da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e presidente do PMDB pernambucano, Dorany Sampaio, disse em Recife (PE) que apóia a proposta dos governadores nordestinos, apresentada na última segunda-feira em Natal (RN), de transferir aquela autarquia do Ministério do Interior para a Presidência da República. "A Sudene nasceu livre, vinculada à Presidência, mas durante o regime militar, na tentativa de esvaziar política e economicamente a autarquia, ela foi vinculada ao Ministério do Interior", disse.

Bicudo - O jurista e ex-candidato ao Senado pelo PT, Hélio Bicudo, defendeu ontem em Campinas (SP) —durante debate sobre "Direitos e Garantias"— a supressão da Justiça Militar e a regionalização do Poder Judiciário, como mecanismos necessários para garantir a aplicação dos direitos do cidadão. O debate foi promovido pelo Núcleo de Estudos Constitucionais (NEC) da Universidade Estadual de Campinas.

Funaro - O ex-ministro da Fazenda Dilson Funaro, 53, disse ontem, em São Paulo, que a solução dos problemas brasileiros não passa, necessariamente, pelas eleições diretas para a Presidência em 1988. "Não é só o processo eleitoral. Mais importante que isso é o entendimento da sociedade brasileira", declarou Funaro, para quem somente após "uma discussão maior" das dificuldades enfrentadas pelo país pode-se pensar em eleições. Ele negou que tenha intenção de concorrer à sucessão do presidente Sarney ou que pretenda sair do PMDB.